



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE JUNHO DE 2002**

*Senhores Ministros aqui presentes; Doutor Raphael de Almeida Magalhães; Senhoras e Senhores,*

Hoje é um ato tanto estranho, aqui, neste Palácio, porque estamos comemorando a extinção de um Conselho. Isso não é habitual. E estamos comemorando a extinção do Conselho Coordenador das Ações do Governo Federal no Rio de Janeiro por uma razão muito simples. Basta ter ouvido com atenção, como eu o fiz, as palavras do Doutor Raphael de Almeida Magalhães, para ver que o Conselho cumpriu seus objetivos, todos os seus objetivos. De modo que é por isso que nós temos a satisfação de assinar um ato de extinção desse Conselho, que cumpriu seus objetivos de maneira extraordinária.

Naturalmente, o Doutor Raphael, com a generosidade que o caracteriza, atribuiu a mim uma série de decisões que foram, na verdade, orientadas por esse Conselho e, em grande medida, implementadas graças à atividade de seus membros.

De qualquer forma, o Conselho cumpriu tão bem as suas missões, que nós vamos continuar precisando da ação daqueles que o compuseram, para o desdobramento dos trabalhos que virão pela frente.

E, ao ouvir, aqui, a longa exposição plena de substância, de conteúdo, de disposição do Doutor Raphael, eu não podia deixar de ficar contente. Não contente apenas pelo fato de que foi possível, no meu Governo, realizar-se uma série de modificações que têm significado e de ações que vão se desdobrar no tempo, mas contente porque, efetivamente, quando fiz uma palestra no Rio de Janeiro e me referi ao que ele disse aqui há pouco, que eu considerava o Rio o "farol do Brasil", estava me referindo a um Rio de Janeiro que estava, na época, muito por baixo, muito sem ânimo, moribundo, sem destino econômico. E me parecia que era impossível o Brasil avançar se o seu centro de irradiação vivesse um momento de pouca iniciativa.

Não foi só com relação ao Rio que me preocupei. Preocupei-me com relação a várias partes do Brasil, naturalmente, como é meu dever de Presidente. Para começar, com São Paulo, que não estava vivendo um momento de, digamos, indecisão, como vivia o Rio.

Outras áreas, como as áreas notadamente do Centro-Oeste, pelo contrário, estavam num momento de embalo. E a verdade é que, quando vemos os dados dos censos, ou os dados econômicos, vamos ver que o Centro-Oeste do Brasil cresceu mais depressa que as outras regiões e encontrou uma vocação que quase dispensa o Estado, que é o *agrobusiness*.

Quer dizer, o desenvolvimento da agricultura e da empresa agrícola e pecuária, no Centro-Oeste, considerando-se os estados centrais *lato sensu* – parte de Minas, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia – é extraordinário. O impulso de crescimento dessa região é, realmente, extraordinário. E o Estado, naturalmente, toma uma ou outra decisão. Por exemplo, nós apoiamos fortemente a Ferronorte, porque era necessário, pensando no futuro, e o futuro, hoje, é presente. Uma carga imensa de produção agrícola é transportada por ferrovia e vai desembocar no porto de Santos, no porto de Paranaguá, onde seja.

Naturalmente, tínhamos que olhar uma questão vital para essa região, que eram as fontes de energia, e o fizemos. Em Goiás, que impor-

tava energia, hoje nós instalamos, mais ou menos, 2 mil megawats. Goiás exporta energia. Mato Grosso tinha um problema de energia – tanto Mato Grosso quanto Mato Grosso do Sul. No caso de Mato Grosso do Sul, com a construção do gasoduto, permitiu-se uma modificação. Em Mato Grosso também.

Enfim, houve ações do Estado, como em Tocantins, da mesma maneira, onde fizemos várias hidrelétricas. São ações sempre no mesmo espírito definido pelo Doutor Raphael de Almeida Magalhães, como os de parceria com a iniciativa privada. Mas eram regiões que já estavam num certo embalo.

A mesma coisa se diga, talvez com um pouco mais de necessidade de uma ação pública, com relação à Amazônia. E, efetivamente, nós cuidamos de revitalizar a Região Amazônica. Mesmo na questão central, que é a Zona Franca de Manaus, nunca houve um impulso tão grande como agora. Com a construção da estrada BR-174, que vai de Manaus a Caracas, foi possível, efetivamente, dar um destino exportador à Zona Franca de Manaus. Isso começa a funcionar.

Com a hidrovia do Madeira foi possível, e continua sendo, nesses dias, transportar a produção do Centro-Oeste do Brasil, através de barcaças, para os portos do rio Amazonas e, de lá, é despachada para a Europa.

Então, nós fizemos. Tomamos as precauções necessárias em relação à energia também. No caso, notadamente, de Roraima, trouxemos energia da Venezuela. Custou muito tempo, mas está funcionando. A energia vem da Venezuela para Roraima, enfim.

Havia outras regiões do Brasil que estavam estruturadas, mas se notava um processo de desestruturação. Basicamente, refiro-me a três áreas. Uma, já disse, era o Rio. Outra, no Nordeste, como Pernambuco, Bahia (que já estava num certo impulso e Ceará também já estava). E o Rio Grande do Sul. Elas viviam um momento de desalento. Concentramos esforços nessas áreas. No Rio Grande do Sul, concentrarmos muitos esforços em retomar o porto de Rio Grande como um porto competitivo, em fazer estradas, dotar de base energética e atrair indústrias para o Rio Grande do Sul.

O Governador Antônio Britto, no meu primeiro mandato, foi parceiro muito ativo. E lá só não existe um pólo ainda maior porque houve um certo desaguisado no início da administração do novo Governo do Rio Grande do Sul, que não entendeu a importância de concentrar, além da General Motors, também a Ford. Mas, mesmo assim, houve revitalização da indústria gaúcha. E, hoje, quando vou ao Sul, vejo lá que se diz: "Ah, o Estado está mais presente. A administração local é formidável." Esquecem que a indução foi toda federal e foi com uma visão de que era preciso dar um novo destino ao Rio Grande, porque, certamente, na produção agrícola e mesmo na pecuária, o Centro-Oeste ia fazer uma competição imensa. E o Rio Grande tinha que reforçar a sua vocação industrial, que é uma vocação iniludível no caso do Rio Grande do Sul.

No caso do Nordeste, refizemos o porto de Suape. Está feito, além do porto de Pecém, lá no Ceará. Houve uma certa revitalização. Confesso que gostaria de ter visto Pernambuco com muito mais energia, com muito mais apoio do que foi possível apoiar nos últimos anos. Nos últimos anos, até que foi possível, mas, no meu primeiro mandato, havia muita dificuldade no relacionamento com a administração local. A Bahia estava já numa fase de impulso; continua. O Ceará também. O Rio Grande do Norte teve um impulso muito grande. Sergipe já é um Estado organizado.

Mas o Rio é que era a preocupação central, Rio e São Paulo, pela difusão imensa que essas cidades têm, como Minas Gerais também, para o conjunto do Brasil.

No caso de Minas Gerais, não tive muita possibilidade de parceria. Tentei. Não tive muita possibilidade. E suponho que isso não prejudicou Minas, porque Minas tem energia própria, funcionou. Mas poderíamos ter dado um impulso maior a Minas Gerais.

No Rio, a despeito de tudo, fizemos o que o Doutor Raphael acabou de descrever aqui.

Hoje, o Rio é uma região realmente dinâmica. É uma região que avança, sobretudo na concepção desses eixos e de transformar realmente o Rio de Janeiro em dois ou três importantes centros, que Raphael chamou de *hubs*, portos que redistribuem mercadoria – a mesma coisa

na telemática, a mesma coisa na questão dos transportes, de energia, etc., etc. – numa nova concepção. Está presente, hoje, aqui – da outra vez, me referi a ele e não sabia que ele estava lá; hoje, sei – o Doutor Eliezer Batista, que foi o grande inspirador dessa visão de um desenvolvimento que fosse sinérgico e que permitisse concentrar-se não apenas em pólos, mas em eixos, de tal maneira que se propagasse. E eixos que tenham uma vocação modernizadora. Modernizadora, agora, nos dias de hoje, quer dizer alta tecnologia e uma vocação não só doméstica, mas também exportadora.

Isso que o Doutor Raphael descreveu aqui foram as fundações que hoje existem no Rio, para o Rio exercer realmente esse papel central. Em vez de ser uma cidade que ia continuar sofrendo pelo fato de não ser mais capital e todo mundo dizer “Ah, uma cidade bonita e burocrática”, não, hoje, é uma cidade e um estado não apenas bonitos e com uma parte da burocracia, mas que têm vocação empresarial.

De fato, sobretudo na questão da Petrobras, a transformação foi imensa, com essa vantagem adicional que rendeu recursos para o Governo do Rio de Janeiro – não sei se os aplicou bem, vamos ver agora; o futuro dirá – e para alguns municípios da região, que passaram a dispor de uma renda muito apreciável e que vai permitir uma melhoria nas condições de vida.

Muitas vezes, chama a atenção o fato de que, quando são publicadas as estatísticas sobre desemprego, o Rio de Janeiro é o que tem o mais baixo índice de desemprego, havendo momentos em que fica entre 4% e 5%. Ora, numa economia moderna, quando chega a 4% da força de trabalho, da PEA, imagina-se que está em pleno emprego, por causa do *turn over*. E o Rio, freqüentemente, fica entre 4% e 5%.

Naturalmente, quando se faz a pesquisa, as pessoas dizem: “Ah, aqui, é 40%.” Mas não é verdade. Quando se vai ver o que está acontecendo no Rio, verifica-se que foi uma das regiões onde houve a maior oferta de emprego no Brasil, como consequência de tudo isso que foi aqui descrito pelo Doutor Raphael de Almeida Magalhães.

Então, de fato, esse grupo que nós, hoje, estamos encerrando teve um papel importantíssimo na redefinição da vocação do Rio de Janei-

ro. Sem esquecer que o Rio reforçou a sua vocação industrial também. É a questão das fábricas de automóveis e outras fábricas mais, que lá foram postas. Portanto, não apenas as bases de infra-estrutura, etc., etc., mas, também, um desenvolvimento do setor industrial.

É claro que falta muita coisa. Sempre falta muita coisa. Mas, na verdade, foi possível, pelo menos, lançar as bases para um desenvolvimento mais adequado aos desafios do mundo contemporâneo, que requer, e repito o que disse o Doutor Raphael, uma certa visão do mundo e uma certa visão de futuro – portanto, uma visão estratégica. Isso é verdadeiro.

Não é possível mais governar um país, muito menos um país de proporções continentais, como o Brasil, sem uma visão estratégica. E a visão estratégica não é percebida no cotidiano nem entusiasma as pessoas, porque não junta uma coisa com a outra. Só com o tempo é que se vêem as sinergias que estão ocorrendo, é que se verifica mesmo, depois de algum tempo: “Ah, mudou de patamar.”

E quero dizer que, ao ouvir o Raphael, reafirmou-se a minha convicção de que nós, no Brasil, mudamos de patamar no que diz respeito à produção e às bases estruturais para essa produção, a infra-estrutura para essa produção.

Importa, naturalmente, saber qual é a taxa de crescimento e me desagrada a taxa não ter sido suficientemente alta. Mas é preciso não esquecer o que está crescendo e em que bases. É noutras bases. Nós criamos um Brasil diferente do Brasil que se arrastava. Ainda quando ele crescia a 6% ou 7%, arrastava-se num modelo antiquado.

Agora, nós temos, já, um modelo que está apto a permitir que o País, efetivamente, se incorpore à produção global de uma maneira que não seja apenas subalterna, mas que tenha a capacidade de, nessa produção global, defender seus interesses, porque tem cacife para tanto e, me apraz dizer – como o Doutor Raphael mencionou aqui –, com o apoio sempre das instituições estatais, sobretudo o BNDES, as instituições de crédito. E me apraz dizer que essas transformações continuam ocorrendo, e isso não se deu em um dado momento.

Quando se lança um projeto de envergadura, como é o projeto do Avança Brasil, é um processo que vai longe, não é um processo que termine num dia. É um processo que suscita, em cadeia, uma série de reações. E a verdade é que, com o apoio, sobretudo, do BNDES, foi possível deslanchar, efetivamente, um conjunto de projetos de grande envergadura.

Eu sempre tive uma preocupação com essa integração do Brasil à economia internacional, que é inevitável. Os que não se integram se desintegram. Porque, aqui, não há escolha: ou integrar-se ou desintegrar-se. E nós estamos nos integrando – integrando, e não entregando. Estamos definindo, na integração, o que nós queremos fazer. Mas evitamos a desintegração, estamos nos integrando.

Apraz-me ver que foi possível, no decorrer desse tempo, organizar certos eixos fundamentais para essa integração, não apenas em termos, repito, infra-estruturais, mas em termos do processo produtivo também. Não foi fácil fazer o deslindar dos cruzamentos acionários no setor petroquímico, no setor siderúrgico, no setor minerador, no setor de papel e celulose. Mas fomos fazendo pouco a pouco.

E, hoje, temos, aí, um conjunto de, eu diria, pré-*players*. Talvez ainda não sejam os *players* de que precisamos para jogar no mundo globalizado. Mas já temos as condições para que se transformem, efetivamente, em *players*. E, a despeito de todas as críticas, todos esses setores que mencionei estão grandemente em mãos nacionais. E o BNDES serviu de esteio para esse programa, que não foi um programa sem visão de futuro, não foi por acaso: foi porque houve, também, uma vontade política de orientar esse processo de reinserção do Brasil na economia global, de tal maneira que se preservassem as condições para que os setores de capitalização doméstica continuassem a se expandir. E eles estão, hoje, aí, todos esses setores, uns mais e outros menos. E alguns deles já estão mesmo se lançando em aventuras internacionais, porque vão ter que se lançar, e crescentemente, nessas aventuras. Mas têm uma base que foi lançada.

Então, não queria me estender muito mais, a não ser lhes dizer o seguinte: o Doutor Raphael mencionou algumas ações que vão se de-

senvolver a partir dos decretos que assinei hoje, não apenas no Rio. Até porque, se eu falasse só do Rio de Janeiro, aqui, com os meus Ministros – um é capixaba, o outro é piauiense e eu sou paulista – a coisa fica complicada. Não falo do Pedro Parente, porque não sei o que ele é. Acho que é brasiliense.

Mas a verdade é que estamos lançando, também, algo muito importante para São Paulo, o Anel Rodoviário, que vai permitir que o porto de Santos – e o porto de Santos exporta 50% da produção brasileira até hoje – possa ter uma dinâmica melhor. E, com a competição com o porto de Itaguaí, lá em Sepetiba – está aí o Prefeito –, que já está chegando aos níveis de Roterdã, quem sabe possamos realmente ver os efeitos de todo esse processo imenso, custoso, que foi o da modificação da estrutura portuária brasileira, mas que está completado. Uma lei em que ninguém acreditava, primeiro, que fosse aprovada, que pegasse, foi aprovada, pegou, está completada: o porto de Santos vai poder também reduzir seus custos.

E, quando fizemos com Santos o que estamos fazendo, agora, no caso de Sepetiba, estamos separando Itaguaí das Docas do Rio, eu sei que alguns doqueiros vão reclamar. Falta visão, meu Deus do céu! Às vezes, é uma visão pequenininha, corporativa. Recebi, outro dia, um panfleto que pedia que, em vez de separar Sepetiba e Itaguaí do Rio de Janeiro, o que eu tinha que fazer eram estradas. Estamos fazendo as estradas que vão permitir a intercomunicação. Mas, além disso, tem que separar mesmo.

E eu espero também, agora que estamos fazendo a regionalização do porto de Santos, que ela tenha como objetivo reduzir custos, e não simplesmente mudar a burocracia ou mudar o poder político influente sobre o porto; que ela tenha como objetivo a redução do custo. E esse processo que estamos agora fazendo com as ferrovias é para também permitir que haja essa redução de custos e, de novo, o porto de Sepetiba/Itaguaí passe a ser um porto que vai emular os outros portos e vai mostrar que pode baixar preço, como Paranaguá mostrou, como espero que Rio Grande mostre também. E nós, hoje, todos sabemos que, na competição internacional, tão importante quanto aumentar a produtivi-

vidade dentro da fábrica é ter um sistema de logística que permita que realmente os preços sejam competitivos, e não apenas o preço da porta da fábrica para dentro, mas o preço do porto para fora. É isso que estamos tentando realizar com esse conjunto de ações.

Quero, para finalizar, não só agradecer a presença de todos, mas agradecer muito especialmente àqueles que trabalharam nesse Conselho de ação, que permitiu a revitalização do Rio de Janeiro e reiterar o que disse no início, aqui, da minha fala: se não fosse a visão do Doutor Eliezer, não fossem o entusiasmo e a capacidade do Doutor Raphael, se não fosse o Mário Henrique Simonsen ter nos ajudado no começo, em momentos em que as pessoas não acreditavam que fosse possível fazer nada disso, e se não fosse também a eficiência da máquina estatal brasileira, do Ministério do Planejamento, dos vários Ministérios, do BNDES, da Casa Civil, do conjunto de pessoas da burocracia federal, que entenderam esse novo momento e se jogaram em direção a ele, não com uma visão passadista de tudo fechar e tudo controlar, mas de abrir – refiro-me, naturalmente, aos ministérios-fins, como o Ministério dos Transportes, que também foi contaminado por essa mesma visão – se não fosse isso, estaríamos ainda pensando: “Ah, isso é estatal ou é privado? Será que pode ou não pode? Está no Orçamento ou não está no Orçamento? Quem vai mandar? Sou eu? É fulano? É beltrano? Quem é que tem influência? É o Senador qual, o Deputado tal? É o partido tal ou qual?”

Isso acabou. Isso acabou. Quem vai fazer as coisas hoje é uma visão do Brasil, são os interesses nacionais, especificados por uma ação nos vários níveis das prefeituras, do governo estadual, do Governo Federal, sem olhar para distinções de partido, mas olhando, sim, para a vontade de melhorar, para a eficiência, para a retidão nas ações e para que o Brasil possa caminhar cada vez mais nessa reinserção competitiva no mercado internacional, com bases muito sólidas fincadas nas nossas raízes brasileiras.

Muito obrigado.